

## APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos o Volume 33 da Revista da Emeron, uma edição que reúne trabalhos de grande relevância para o contexto jurídico brasileiro, abordando questões contemporâneas e desafiadoras que impactam tanto o Direito Processual quanto os direitos humanos e a justiça social.

Esta edição reflete a pluralidade de temas e perspectivas, oferecendo análises profundas sobre a eficácia dos métodos de solução de conflitos, o acesso à justiça, os direitos fundamentais e as transformações no sistema penal.

Nesse contexto de diversidade temática, ampliando a gama de abordagens, abrimos esta edição com o artigo de Anita Magdelaine Perez Belem, “PERFIS LITIGANTE E DECISÓRIO NOS JUIZADOS ESPECIAIS: ANÁLISE EMPÍRICA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CACOAL/RO”, com uma análise empírica que investiga o cumprimento dos princípios fundamentais nos Juizados Especiais, focando nos perfis litigantes e decisórios do Juizado Cível de Cacoal/RO. A pesquisa questiona a alta judicialização e propõe alternativas eficazes para reduzir o número de demandas.

No campo dos direitos humanos, Claudia Vieira Maciel de Sousa e Leandro Fonseca Missiato, em “DIREITOS E RAÍZES: A BUSCA POR JUSTIÇA CRIMINAL INCLUSIVA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA”, abordam os desafios enfrentados pelo sistema de justiça criminal na proteção de crianças e adolescentes de comunidades tradicionais da Amazônia. Os autores utilizam a interseccionalidade para propor melhorias no atendimento judicial dessas populações, destacando a importância da inclusão cultural no sistema de justiça.

Sobre o sistema penal, Sérgio William Domingues Teixeira e Geraldo Filgueiras de Lima Júnior discutem, em “OS PRINCIPAIS DESAFIOS QUE INVIABILIZAM A EFETIVA RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO E DO EGRESSO”, os principais obstáculos à reintegração de apenados e egressos, como a superlotação carcerária e as facções criminosas. O estudo

questiona a eficácia das políticas de encarceramento em massa e propõe mudanças estruturais no sistema de ressocialização.

Flávio Henrique de Melo e Izabel Cristina Sottomayor Almada e Silva, em “JUSTIÇA PENAL CONSENSUAL: A EFETIVIDADE DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL”, oferecem uma análise crítica sobre o Acordo de Não Persecução Penal, previsto no Pacote Anticrime. O artigo investiga as controvérsias jurídicas e éticas em torno da exigência de confissão formal como condição para a aplicação desse mecanismo, propondo uma reflexão sobre sua legalidade e implicações no sistema de justiça penal.

Outro tema relevante é abordado por William Santos Ferreira em “A TUTELA DA EVIDÊNCIA NAS AÇÕES LOCATÍCIAS”, que analisa a aplicação da tutela provisória de evidência no contexto das ações locatícias, à luz do Código de Processo Civil e da Lei de Locações. O artigo explora a possibilidade de coexistência de tutelas provisórias, proporcionando uma reflexão sobre a proteção dos direitos nas relações locatícias.

A violência simbólica e de gênero é explorada por Álvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga, Gisele Pereira Aguiar e Mariana Campos Caldeira, no artigo “AS PALETAS DE UMA FAIXA VIOLENTA: CONSIDERAÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA”. Por meio de uma análise cultural, os autores utilizam as teorias de Pierre Bourdieu e Judith Butler para discutir como a violência simbólica, presente em músicas populares, contribui para a perpetuação da desigualdade de gênero.

Dando continuidade à análise de questões sensíveis no âmbito jurídico, o artigo de Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza e Carla Fernandes Batista Rodrigues de Carvalho, “A EFICÁCIA DOS MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS JUDICIALIZADOS NO PERÍODO DE 2020 A 2022: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO CEJUSC FAMÍLIA DA COMARCA DE PORTO VELHO (RO)”, destaca a conciliação como método eficaz na solução de conflitos de direito de família. A análise abrange a atuação do CEJUSC e revela a contribuição da conciliação para a celeridade processual e a promoção da cultura de paz.

Maurício Ferreira Cunha e Jhonatta Braga Barros, em “A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO E O PAPEL COOPERATIVO DOS SUJEITOS

PROCESSUAIS”, exploram a crise do inadimplemento obrigacional e a necessidade de cooperação entre os sujeitos processuais para garantir a efetividade da execução judicial. O artigo analisa a importância da escolha do foro e da competência do juízo para evitar nulidades e assegurar a celeridade processual.

No campo dos direitos sociais, Francisco Borges Ferreira Neto, em “A FLEXIBILIZAÇÃO DO CRITÉRIO DE RENDA PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (BPC/LOAS)”, investiga a evolução jurisprudencial e legislativa sobre a flexibilização do critério de renda para a concessão do benefício de prestação continuada. O autor apresenta uma análise crítica das limitações ainda existentes e propõe caminhos para assegurar a dignidade das pessoas com deficiência.

Marisa de Almeida e Inês Moreira da Costa, em “O PODER JUDICIÁRIO NA CONSCIENTIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL”, analisam o papel do Poder Judiciário na promoção de ações voltadas à sustentabilidade e preservação ambiental, com destaque para o projeto Reciclando Hábitos, que envolveu a população do Vale do Guaporé. O estudo reflete sobre a importância da atuação judicial em prol da proteção ambiental.

Na sequência, Rosana Cristina Koppenhagen, em “ANÁLISE DO CARÁTER PEDAGÓGICO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS A PARTIR DA ABORDAGEM DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE AMARTYA SEN”, propõe uma reflexão sobre as medidas socioeducativas sob a ótica do desenvolvimento humano, abordando as liberdades instrumentais de Amartya Sen como essenciais para o aprimoramento do socioeducando e sua reintegração na sociedade.

Este volume se encerra com Cristiano Mazzini, com o artigo “(DES)ACESSO À JUSTIÇA: OBSTÁCULOS E ALTERNATIVAS PARA A EFETIVIDADE”, que discute os entraves ao acesso à justiça no Brasil, especialmente para as camadas mais vulneráveis da população. O autor propõe o uso de métodos alternativos e da tecnologia para superar o “desacesso” e garantir a efetividade dos direitos fundamentais.

Com a diversidade de temas abordados, esta edição da revista reafirma o compromisso com o aprofundamento das discussões jurídicas

contemporâneas, promovendo uma reflexão crítica sobre questões essenciais que permeiam tanto o campo dos direitos humanos quanto o da justiça ambiental e social. Esperamos que proporcione uma leitura enriquecedora e inspire novas reflexões e debates sobre os caminhos para uma justiça mais inclusiva e eficaz.

Boa leitura a todos!

ÁUREO VIRGÍLIO QUEIROZ  
Coordenador do CEPEP  
Presidente do Comitê Técnico-Científico - CTC